



Índice

- 01** Seminário em Fortaleza (CE) abordará reservas extrativistas
- 02** Seir promove encontro para capacitação de defensores sobre questão quilombola
- 03** Excursão leva ao Circuito Quilombola em Eldorado
- 04** Justiça garante medidas protetivas à idosa indígena contra filho, em RR
- 05** Futebol: origem indígena?? Do século 17?!!!
- 06** Número de queimadas em terras indígenas de MT tem aumento de 68%
- 07** MARINGÁ - Evento promove troca de experiências sobre os cuidados com a criança indígena
- 08** Criada a Federação Roraimense Indígenas dos Desportos
- 09** Indigenistas querem mais 66 milhões de hectares de Terras Indígenas
- 10** UFMT promove seminário sobre construção de habitação indígena
- 11** Aldeia Buriti promove Feira Indígena.
- 12** Primeiros títulos a quilombolas catarinenses serão entregues durante encontro
- 13** Alagoinhas: SEMAS discute ações voltadas para quilombolas
- 14** IFMA inicia formação em Educação Quilombola no município de Bequimão
- 15** Semana do Cerrado: Mutirão alcançou mais de 1100 moradores da região
- 16** Justiça aos Tembés – Após 35 anos de luta, povo indígena tem terra demarcada



-
- 17** MG – Oficina sobre Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais, de 19 a 21/09
 - 18** Conselho Nacional de Saúde debate a criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI)
 - 19** MP quer suspensão de licenciamento de hidrelétricas que vão atingir aldeias e sítios arqueológicos em MS
 - 20** Nota do Cimi sobre a Atenção à Saúde Indígena
 - 21** RS: Movimentos em defesa dos direitos humanos e pelo fim da criminalização das lutas sociais
 - 22** Justiça barra construção de usina
 - 23** Ação atende cerca de três mil indígenas em município de Paranhos
 - 24** Últimos dias para fazer a inscrição na especialização em Cultura e História dos Povos Indígenas
 - 25** Chamada para Nº 03 – Dossiê: Educação Indígena
 - 26** Questão Indígena: Membros da FPA comemoram decisão histórica do STF
 - 27** Ação atende cerca de 3 mil indígenas em Paranhos
 - 28** FFLCH debate conflitos que envolvem povo indígena Tenharin
 - 29** Candidato quer ser 1º deputado indígena em MT
 - 30** Lideranças vão se reunir com MPF e polícias para falar de 'milícias'



Boletim de Notícias - Edição nº 165 / 2014

Brasília, 17 de setembro de 2014.

Seminário em Fortaleza (CE) abordará reservas extrativistas

SÍTIO PORTAL BRASIL, 16.09.2014

Inscrições para apresentação de trabalhos podem ser feitas até o dia 20 de setembro via e-mail

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) vai promover no mês de outubro o "I Seminário de Pesquisa sobre as Reservas Extrativistas do Ceará: do conhecimento à gestão dos territórios tradicionais". O evento, a ser realizado entre os dias 14 e 17, acontecerá no auditório do Centro de Ciências da Universidade Federal do Ceará (Campus do Pici), em Fortaleza (CE).

O principal objetivo do seminário é nivelar entre pesquisadores, equipes do ICMBio e comunidades locais, os conhecimentos obtidos com as pesquisas realizadas até então nas Reservas Extrativistas (Resex) Batoque e Prainha do Canto Verde (CE).

"Além disso, o evento deve elencar as lacunas de conhecimento científico existentes atualmente e estimular a realização de novas pesquisas aplicadas às necessidades de gestão das Unidades de Conservação (UCs)", explicou a analista ambiental Grasiely Tavares.

As inscrições para apresentação de trabalhos serão gratuitas e podem ser feitas até o dia 20 de setembro, através de dados encaminhados para o e-mail seminarioresex.ce@gmail.com. O seminário também conta com a parceria da Universidade Federal do Ceará-UFC/Departamento de Geografia.

Fonte:
ICMBio



Seir promove encontro para capacitação de defensores sobre questão quilombola
SÍTIO 180 GRAUS, 16.09.2014

Como resultado do termo de cooperação técnica celebrado entre a Secretaria de Estado da Igualdade Racial (Seir), Defensorias Públicas da União (DPU) e do Estado do Maranhão (DPE) e Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Aconeruq), será realizado, no período de 18 e 19 deste mês, em São Luís, o I Encontro de Defensores Públicos para Discutir a Questão Quilombola.

A atividade será realizada na Escola Superior da Defensoria Pública do Maranhão, localizada na Av. Marechal Castelo Branco, nº 819, São Francisco, com a participação de defensores públicos federais e estaduais; lideranças quilombolas do Maranhão; profissionais convidados da área jurídica que atuam em órgãos e entidades relacionadas à temática quilombola; e estudantes de direito.

Publicado Por: Igor Leonardo



Excursão leva ao Circuito Quilombola em Eldorado

SÍTIO CRUZEIRO DO SUL, 16.09.2014

Uma viagem diferente, com turismo de base comunitária, para conhecer a cultura afro-brasileira. Essa é a proposta da excursão Eldorado - Circuito Quilombola, organizado pelo Sesc Sorocaba no Vale do Ribeira. As inscrições serão abertas na próxima quinta-feira, dia 18. O roteiro acontece durante 20 e 23 de novembro.

O Circuito Quilombola do Vale do Ribeira conta com paisagens naturais - com cachoeira e cavernas -, mas também propõe o turismo do conhecimento. Eldorado, cidade de 15 mil habitantes, fica no Vale e compõe o maior contínuo de Mata Atlântica ainda preservada do Estado.

A cidade também tem expressiva influência na história quilombola brasileira, conta com várias comunidades reconhecidas e que lutam pela preservação. O roteiro composto pelo Sesc, conta com observação das tradições, visitas às comunidades quilombolas, roda de conversa e contação de histórias. A intenção é contribuir para que as riquezas da sociobiodiversidade da região seja preservada.

Roteiro

O roteiro inclui transporte, acomodação e algumas refeições. No primeiro dia os participantes conhecerão a Comunidade de Ivaporunduva, onde terão atividades conduzidas pelos guias locais, como caminhadas, visita à vila central e ao bananal orgânico. Logo após o jantar, haverá roda de conversa com as lideranças comunitárias.

No segundo dia o grupo visitará o Quilombo de Sapatu, também na região de Ivaporunduva. Haverá trilha para Cachoeira do Meu Deus, considerada a mais bela pela Secretaria de Turismo do Estado. Na hora do almoço haverá lanche reforçado às margens da cachoeira e à tarde, atividades na comunidade, como café da tarde e conversa com moradores. Também haverá visita ao Centro Comunitário com exposição e comércio de artesanato, além de apresentação de dança tradicional "Nhá Maruca".

Já no terceiro dia, o passeio será na Caverna do Diabo com representantes da Comunidade André Lopes. Depois as atividades serão na comunidade, com roda de conversa com moradores no Centro Comunitário. Já o jantar será embalado por violeiros locais. No quarto dia haverá caminhada em trilhas locais e grupo retornará para Sorocaba após o almoço.

Informações no Sesc Sorocaba, que fica na rua Barão de Piratininga, 555, Jardim Faculdade, (15) 3332.9933 ou www.sescsp.org.br.



Justiça garante medidas protetivas à idosa indígena contra filho, em RR

SÍTIO G1, 16.09.2014

Mulher de 77 anos era agredida por filho de 56, segundo a Promotoria. Conforme relatos, suspeito fica agressivo ao ingerir bebida alcoólica.

O Ministério Público do Estado de Roraima (MPRR), em parceria com a Justiça da Comarca de Alto Alegre, realizou na quinta-feira (11) uma audiência para resolução de conflito familiar na Comunidade Indígena do Boqueirão, localizada a 60 quilômetros da sede do município, com o objetivo de garantir aplicação de medida protetiva em favor de uma idosa de 77 anos, indígena da etnia Macuxi, devido a supostas agressões praticadas pelo filho, de 56 anos. O caso foi divulgado na tarde desta segunda-feira (15).

A Promotoria de Justiça da Comarca de Alto Alegre soube das supostas agressões quando um dos filhos da vítima procurou o MPRR para informar que a mãe era constantemente ameaçada pelo suspeito, principalmente quando ele ingeria bebida alcoólica.

Com base no relato dos familiares, o promotor de Justiça daquele município, Igor Naves, colheu declarações da vítima, que levaram a ações para garantir a medida protetiva à idosa, apesar de , mesmo em juízo, ter negado os fatos por duas vezes.

“Diante das circunstâncias, achamos por bem realizar audiência na própria localidade para ouvir os moradores e o líder da comunidade indígena, com o propósito de esclarecer os fatos. Com o juiz da Comarca, Parima Dias Veras, convidamos o defensor público Vanderlei de Oliveira para encontrar a medida mais adequada para preservar a integridade física e a vida da vítima”, destaca Naves.

A audiência, feita em uma escola da Comunidade, contou ainda com a presença de agentes do Centro de Referência e Assistência Social (Cras) e representantes do Conselho Tutelar de Alto Alegre, uma vez que um neto da vítima também sofria agressões.

No decorrer da audiência, mediante relatos do líder indígena e da direção da escola onde o neto estuda, ficou comprovada a situação de vulnerabilidade das vítimas. “Constatou-se que o suspeito realmente fica agressivo ao ingerir bebidas alcoólicas, necessitando, desse modo, de tratamento compulsório contra a dependência do álcool”. Foi determinado ainda que o neto da vítima fique em Boa Vista, sob a responsabilidade dos tios.

“Tenho certeza que com essa iniciativa promovida pelo Ministério Público e pelo Judiciário no município de Alto Alegre, a Justiça se fez presente naquela comunidade. Todos saíram com as devidas respostas aos seus anseios”, conclui o promotor de Justiça.



Futebol: origem indígena?? Do século 17?!!!

SÍTIO CLIC RBS, 16.09.2014

Um material audiovisual, elaborado pelo Ministério da Cultura paraguaio, em colaboração com a congregação jesuíta local, garante que os índios guaranis, que viviam entre Brasil, Paraguai, Argentina e Bolívia, já jogavam futebol no século 17.

“Os guaranis inventaram o futebol”, é o título do documentário.

Os nativos corriam atrás do “mangá”, um objeto esférico extraído da planta conhecida como Mangasi, conta o veterano sacerdote jesuíta espanhol Bartomeu Meliá.

O material foi lançado em ato público na cidade de San Ignacio, 250 km a sudeste de Assunção (primeiro povoado jesuíta de indígenas convertidos do cone sul americano, que data de 1609) pelo Instituto de Formação Docente da cidade, na presença da ministra da Cultura, Mabel Causarano.

No documentário, Bartomeu Meliá, antropólogo e linguista, explica que o jogo com bola era praticado depois da missa dominical na praça do povoado jesuíta. “Não havia gol”, diz o religioso.

As “Cartas nuas” (documento colonial que trazia informações sobre o processo de evangelização no Império Espanhol), que os padres da região conhecida na época como província do Paraguai enviavam ao padre general da Companhia de Jesus, também reportavam a existência desta recreação que chamavam de “mangá ñembosarai” (jogo do mangá).

O documentário transcreve outros testemunhos dos jesuítas, como o pároco de San Ignacio, o espanhol Antonio Betancor e o padre Alberto Luna.

Em uma mensagem, a ministra Causarano disse que o audiovisual faz parte do projeto Cidadela Cultural San Ignacio, um acordo entre o seu ministério e a comunidade local.

O futebol começou a ser jogado oficialmente na Inglaterra em 1846. Em 1863, foi criada a primeira associação de futebol em Londres e em 1904 foi criada a Fifa, em Paris.



Número de queimadas em terras indígenas de MT tem aumento de 68%

SÍTIO EXPRESSO MT, 16.09.2014

O número de queimadas detectadas dentro do perímetro de terras indígenas em Mato Grosso sofreu este ano um aumento de 68% em comparação com o mesmo período (de 1º de janeiro a 15 de setembro) do ano passado. A estatística é do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que monitora a ocorrência de focos de calor via satélite.

De acordo com o levantamento do Inpe, de 1º de janeiro até esta segunda-feira (15), as terras indígenas de Mato Grosso tiveram incidência de 3.713 focos de calor. O total é 68,69% superior ao número do mesmo período do ano passado, quando foram detectados 2.201 focos nas terras indígenas.

Também houve aumento do número de terras indígenas com incidência de queimadas. No acumulado deste ano, 53 unidades foram atingidas, cinco a mais que no ano passado.

O aumento na incidência de queimadas em terras indígenas de Mato Grosso segue tendência de aumento de focos de calor no estado como um todo. Desde o primeiro dia do ano, foram detectados pelo Inpe 18.128 focos de calor no território mato-grossense, uma diferença de mais de 71% em relação ao total de queimadas detectadas no mesmo período do ano passado, quando os satélites contabilizaram 10.577 focos.

Exemplo da incidência de queimadas em reservas da Fundação Nacional do Índio (Funai) é a terra indígena Marãiwatsédé, no nordeste do estado.

A unidade de mais de 165 mil hectares teve o registro de 388 focos de calor (parte deles com suspeita de terem sido criminosos) em apenas sete dias, segundo divulgou o Centro Especializado de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, o Prevfogo, ligado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Após operação que prendeu antigos posseiros da região, o número de focos no local caiu drasticamente.

No estado, o Ibama possui quatro equipes de brigadistas para atuar no controle a queimadas em terras indígenas. São 74 brigadistas distribuídos para atuar nas terras indígenas Paresi, região de Tangará da Serra, Utiariti, em Campo Novo do Parecis, Bakairi, em Paranatinga, e Karajá / Tapirapé, na região de Luciara.

Não há qualquer situação fora do controle dentro dessas reservas, explicou o Ibama, apesar de as condições climáticas estarem influenciando no aumento de queimadas este ano – sobretudo o nível muito baixo de umidade relativa do ar nas regiões de cerrado. Ainda segundo o instituto, grande parte das demais terras indígenas dispõe de brigadistas treinados entre os próprios índios responsáveis pelo controle de queimadas e ações preventivas.

O próprio Ibama divulgou nesta segunda-feira aumento de 88% este ano no número de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 165 / 2014

Brasília, 17 de setembro de 2014.

queimadas no país em relação ao mesmo período do ano passado. Foram mais de 17 mil focos só neste mês de setembro e os estados de Mato Grosso, Tocantins, Maranhão e Pará concentram quase 60% do total. A reportagem também procurou a Funai para comentar especificamente sobre a situação de queimadas nas terras indígenas, mas não obteve retorno.



MARINGÁ - Evento promove troca de experiências sobre os cuidados com a criança indígena

SÍTIO MP/PR, 16.09.2014

O Ministério Público do Paraná, por meio da 3.^a Promotoria de Justiça de Maringá, realizará nesta quarta-feira, 17 de setembro, a mesa redonda com o tema "Abordagem às famílias indígenas: o direito às cidades com proteção à infância". O evento tem como objetivo ampliar a discussão sobre os meios de abordagem e proteção às crianças indígenas da região.

A mesa redonda contará com a presença do procurador de Justiça Luiz Eduardo Canto de Azevedo Bueno, da área das Comunidades Indígenas do CAOP de Proteção aos Direitos Humanos; do professor Lúcio Tadeu Motta, pós-doutor do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá; da antropóloga Marlene Oliveira e de representantes da Associação Indigenista de Maringá, além de lideranças da etnia caingangue. A atividade, que será aberta a todos os interessados, será coordenada pelo promotor de Justiça Robertson Fonseca de Azevedo.

O evento ocorrerá na sede do Tribunal do Júri do Fórum de Justiça de Maringá, das 8h30 às 12 horas.

Informações para a imprensa com:

Assessoria de Comunicação

Ministério Público do Paraná

(41) 3250-4228 / 4226 / 4439



Criada a Federação Roraimense Indígenas dos Desportos

SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 16.09.2014

LUCAS LUCKEZIE

O presidente da entidade, José Mario Sales Garcia

Uma comissão eleitoral formada por quatro ligas amadoras, clubes, e associações de árbitros indígenas e de treinadores profissionais de futebol do Estado, fundou a Federação Roraimense Indígenas dos Desportos.

A comissão eleitoral da entidade é formada pelos presidentes das ligas de futebol indígena, Edinael da Silva (Uiramutã) e Eder Barroso Tenente (Amajari); das ligas de futebol de Pacaraima, Makdenison de Almeida, e de Normandia, Miele Napoleão Raposo; do time Jomasaga, Karin Pereira Garcia; da Associação Roraimense Indígenas de Árbitros, Márcio José dos Santos; e da Associação dos Treinadores Profissionais de Futebol, Kris Pereira Garcia.

A fundação da entidade foi publicada na edição do Diário Oficial do Estado do dia 11 de fevereiro deste ano, e sua legalização ainda está em andamento. A comissão ainda elegeu o professor de educação física José Mário Sales Garcia, como presidente da Federação, para a gestão 2014-2017.

Para Garcia, a importância da criação de uma entidade voltada ao desporto indígena "é resgatar o esporte em geral em comunidades indígenas de Roraima", que, segundo ele, "está praticamente abandonado".

À frente da Federação, o presidente já adiantou que após a legalização, a entidade enviará projetos ao Ministério do Esporte e à Petrobras, a fim de receber patrocínios para ações da entidade.

Entre os projetos de Garcia, estão: a criação de um centro de treinamento para a formação de atletas indígenas de diversas modalidades, como o futebol, futsal, vôlei e atletismo; e a promoção de cursos de treinadores e de árbitros nas comunidades indígenas.

No caso do centro de treinamento, "ele servirá como uma escolinha, de forma a preparar atletas para competições nacionais e internacionais", segundo o presidente.



Indigenistas querem mais 66 milhões de hectares de Terras Indígenas

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 16.09.2014

Documento enviado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) à candidata Marina Silva no último domingo, 14, avisa que existe ainda no Brasil um "passivo de mais de 60% das terras indígenas não demarcadas". O número da Apib significa a demarcação de mais 66,3 milhões de hectares de Terras Indígenas, área quase 3 vezes maior do que o estado de Alagoas.

Atualmente existem no Brasil 462 terras indígenas regularizadas que ocupam uma área de 110,5 milhões de hectares, o que representam cerca de 12,2% do território nacional. O passivo referido pelos indigenistas sem noção da Apib implicaria em elevar essa participação para 21% do território entregando à Funai 176,8 milhões de hectares.

O pior é que a maior parte desse passivo está justamente nas áreas de ocupação mais antiga e mais densa do país. Atender aos devaneios da Apib implicaria na expropriação e expulsão de milhares de pessoas, a maioria de produtores rurais dos estados do sul, sudeste e nordeste.

Fonte: Questão Indígena



UFMT promove seminário sobre construção de habitação indígena

SÍTIO UFMT, 16.09.2014

O Núcleo de Estudos e Pesquisas em Tecnologias Indígenas da UFMT (Tecnoíndia) realiza, nesta quinta-feira (18), no Centro Sebrae de Sustentabilidade, a partir das 7h30, o seminário "Aldeias indígenas: tecnologias apropriadas na arquitetura e antropologia". O evento será composto por palestras e mesas-redondas que tratarão de temas acerca da construção de habitações em área indígenas. O objetivo é apresentar e debater estudos desenvolvidos no âmbito da arquitetura e das tecnologias utilizadas na construção de casas indígenas.

"É de grande importância o reconhecimento do desenho tradicional da arquitetura desses povos, pois aponta para a possibilidade de aprendizado e utilização dos seus princípios na arquitetura contemporânea. Devemos valorizá-la e preservar essa memória," enfatiza o professor do Departamento de Arquitetura da UFMT, José Afonso Portocarrero, coordenador do Tecnoíndia.

A abertura do seminário está prevista para as 8h com uma palestra ministrada pelo superintendente do Sebrae, José Guilherme Barbosa Ribeiro. A iniciativa tem como parceiros a Caixa Econômica Federal, o Sebrae e representantes indígenas de Mato Grosso.

O Tecnoíndia é um grupo da UFMT que conta com pesquisadores da Arquitetura e apoio da Antropologia, que realizam pesquisas e desenvolvem projetos com base na arquitetura vernácula brasileira: a construção indígena.

Confira a programação.

<http://www.ufmt.br/ufmt/site/userfiles/eventos/b736972ed33ebb9bc7cdfbf46026275.pdf>



Aldeia Buriti promove Feira Indígena.

SÍTIO BURITI NEWS-MS, 16.09.2014

No dia 13 de setembro de 2014 aconteceu a pré-inauguração da FEIRA INDÍGENA DA ALDEIA BURITI, e neste sábado 20 de setembro de 2014 será oficializado o funcionamento da FEIRA INDÍGENA DA ALDEIA BURITI que acontecerá das 18:00 as 23:00hrs todos os sábados.

O projeto tem como objetivo incentivar a cultura povo Terena, gerar renda, expor o que a comunidade produz, unir os conhecimentos tradicionais e ocidentais focando principalmente nas tradições indígenas.

A feira oferecerá comidas típicas, ervas medicinais, artesanato, mel de abelhas, verduras, legumes ,variedades de salgados, bolos, sucos etc.

A FEIRA INDÍGENA DA ALDEIA BURITI é um projeto do Vereador Eder Alcântara Oliveira (PMDB), juntamente com o Secretario Arildo Alves Alcântara, Cacique Rodrigues e lideranças da Aldeia Buriti.



Primeiros títulos a quilombolas catarinenses serão entregues durante encontro
SÍTIO DIÁRIO CAÇADORENSE, 16.09.2014

Serão os primeiros títulos entregues a comunidade quilombola em Santa Catarina pelo Incra

As famílias quilombolas dos municípios de Campos Novos e Abdon Batista receberão nesta semana os títulos definitivos de três áreas que compõem parte do território quilombola Invernada dos Negros. Serão os primeiros títulos entregues a comunidade quilombola em Santa Catarina pelo Incra, autarquia federal responsável pela regularização fundiária dos territórios remanescentes de quilombos.

A entrega dos títulos será realizada durante o Encontro Estadual dos Territórios Quilombolas Catarinenses, evento que acontecerá nos dias 17 e 18, no Hotel Itaguaçu, em Florianópolis, e reunirá representantes das 12 comunidades quilombolas catarinenses já reconhecidas, movimentos sociais e instituições públicas, para a troca de informações, experiências e fortalecimento das causas e interesses quilombolas.

Compondo também a programação, será instalada a Mesa de Acompanhamento da Política de Regularização dos Territórios Quilombolas Catarinenses, um importante fórum permanente de diálogo, acompanhamento e consolidação da política de regularização de áreas quilombolas. A mesa, que fará a sua primeira reunião durante o evento, é formada por órgãos governamentais ligados à questão e representantes da sociedade civil, e se reunirá semestralmente com o objetivo de oferecer maior transparência nos processos de regularização dos territórios quilombolas e receber as sugestões e pleitos dessas comunidades.

Invernada dos Negros

O território quilombola Invernada dos Negros possui aproximadamente 7.950 hectares e está localizado nos municípios de Campos Novos e Abdon Batista. O território é constituído por 132 áreas, que estão em diferentes etapas para o processo de titulação. Das quatro áreas que já possuem imissão na posse pelo Incra, três terão seus títulos parciais definitivos entregues à comunidade nesta quinta-feira (18). Além dessas, vinte e duas ações já foram ajuizadas e os processos estão em andamento, outras doze estão em fase de ajuizamento e as demais estão sendo avaliadas para indenização, entre elas, uma área de 4,3 mil hectares pertencente ao grupo Imaribo.

A história do território quilombola remonta ao ano de 1877, quando a área foi legada por testamento de seu proprietário Matheus José de Souza e Oliveira a oito escravos e três libertos. Na época, o imóvel não foi regularizado pelos legatários e outras pessoas se apropriaram das terras, principalmente a partir da década de 1940, quando passaram a ocupar o imóvel e expropriar as famílias quilombolas. A ação do Incra/SC, ao titular as áreas, visa unicamente

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 165 / 2014

Brasília, 17 de setembro de 2014.

estabelecer um procedimento de justiça e resgate das tradições das famílias que agora retornam às suas terras. Os quilombolas que vão ocupar toda a extensão do território, estimados em mil famílias, não poderão negociar as terras, pois os títulos não serão emitidos diretamente aos beneficiários, mas para a Associação dos Remanescentes dos Quilombos da Invernada dos Negros.



Alagoínhas: SEMAS discute ações voltadas para quilombolas

SÍTIO PORTAL NOTÍCIAS DE ALAGOINHAS, 16.09.2014

Representantes da Diretoria de Reparação da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) se reuniram com instituições voltadas para manutenção e valorização da cultura afro-brasileira de Alagoínhas para tratar sobre pautas que dizem respeito ao 20 de Novembro – Dia da Consciência Negra. As ações serão sobre igualdade racial e a criação de oficinas voltadas para a discussão deste tema.

Participaram do encontro membros da Secretaria Municipal de Governo (SEGOV); Associação dos Terreiros de Alagoínhas – Auterma; Federação Nacional do Culto Afro-brasileiro – Fenacab; Associações dos Quilombolas dos Povoados de Catuzinho, Cangula, Oiteiro e ainda representantes do Conselho Municipal Afrodescendente.



IFMA inicia formação em Educação Quilombola no município de Bequimão

SÍTIO A TRIBUNA DE BEQUIMÃO, 16.09.2014

Com população formada por 70% de negros, segundo o IBGE, e dez comunidades já certificadas como remanescentes de quilombos pela Fundação Palmares, o município de Bequimão, localizado a 54 km de São Luís, tem o desafio de avançar em políticas educacionais que abordem e valorizem a identidade desses povos.

No último sábado (13), foi dado mais um passo nesse sentido. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) – Campus Maracanã iniciou o Curso de Formação de Professoras e Professores em Educação Escolar Quilombola, oferecido para profissionais da educação do município e representantes de movimentos sociais do local. A Prefeitura de Bequimão, por meio da Secretaria Municipal de Educação, é parceira desse projeto de formação continuada.

Dorival dos SantosSerão 200 horas de capacitação, com o propósito de melhorar a atuação junto aos estudantes de escolas que ficam em comunidades quilombolas e daquelas que recebem alunos de quilombos. Para o coordenador do curso, Dorival dos Santos, a discussão de temáticas étnico-raciais na escola é uma maneira de garantir direitos já conquistados, muitos deles em risco.

“Muitos estudantes negros, ao manifestarem suas práticas, são repudiados dentro da própria escola. É preciso que os profissionais da educação aceitem e dialoguem com esses alunos e com a comunidade. Neste curso, vamos construir conhecimentos que instrumentalizem essas comunidades para a resistência e para fazerem um embate diante de seus opressores”, afirmou o coordenador.

Hérliton NunesAo representar o Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indíodescendentes (Neabi) do IFMA, o professor Hérliton Rodrigues Nunes também defendeu a formação de professores como caminho para a inclusão de grupos mais oprimidos. “O Neabi está junto com a Direção Geral do Campus Maracanã colaborando no processo de qualificação docente, para que algumas coisas relacionadas à questão étnico-raciais sejam mais bem distinguidas”, destacou o professor. Ele e a professora Ana Maria Ramos ministraram a primeira disciplina às duas turmas formadas.

Maria de JesusEntre os alunos do curso estão professores, técnicos administrativos e gestores do setor educacional. Esse é o caso da secretária adjunta de Educação, Maria de Jesus Nogueira. Ela considera que uma nova realidade está surgindo em Bequimão, a partir de ações que contribuem para aprimorar o desempenho dos professores. “Já temos no nosso município cursos de graduação, cursos profissionalizantes e de formação continuada, como este. Isso vai dar um salto em termos de conhecimentos que possam melhorar nossos indicadores educacionais”, disse.

CONT.



Parceria

Quando o IFMA – Campus Maracanã submeteu o projeto do Curso de Formação de Professoras e Professores em Educação Escolar Quilombola à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), do Ministério da Educação, buscou a parceria da Prefeitura Municipal de Bequimão. As informações que os pesquisadores do IFMA já dispunham sobre a existência de comunidades quilombolas certificadas e outras reconhecidas credenciavam o município para o projeto.

Lucimeire AmorimO prefeito Antônio José Martins prontamente aceitou a parceria, encaminhando ofício à instituição. Essa trajetória foi lembrada pela diretora geral do Campus Maracanã, Lucimeire Amorim Castro, durante a aula inaugural realizada no sábado (13). “Nesse curso, vocês terão acesso a outras dimensões da educação, discutindo sobre identidade, sobre o que é ser quilombola. Queremos que essa experiência em Bequimão seja um sucesso, para que possamos levá-la a outros municípios do Maranhão”, ressaltou Lucimeire.

Também participaram da aula inaugural a representante da Coordenação de Projetos do Campus Maracanã, Conceição de Maria Teixeira Gomes, e o vereador Doutor. Em seguida, a diretora geral reuniu-se com o prefeito de Bequimão, que assegurou apoio ao curso, inclusive fornecendo almoço aos sábados, quando as aulas acontecem durante todo o dia. Até dezembro, os alunos assistirão a aulas também aos domingos pela manhã.



Semana do Cerrado: Mutirão alcançou mais de 1100 moradores da região

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.09.2014

Resistência, esperança, realidade, luta, organização, pertencimento, sofrimento, religiosidade, vida e morte. Essas foram algumas das palavras utilizadas pelas equipes que participaram do Mutirão do Cerrado para descrever as comunidades visitadas no período de 9 a 11 de setembro no Oeste da Bahia e Norte de Minas Gerais.

As seis equipes que participaram do mutirão se reuniram nesta sexta-feira, 12 de setembro, para relatar as experiências vividas em 38 comunidades de 12 municípios: Côcos, Coribe, Correntina, Jaborandi e Santa Maria da Vitória, na Bahia, e Arinos, Chapada Gaúcha, Itacarambi, Jaíba, Januária, Matias Cardoso e São João das Missões, em Minas Gerais.

As equipes compostas por lideranças de comunidades e representantes de entidades e organizações passaram três dias visitando e observando as condições de vida dos povos e as dificuldades de sobrevivência enfrentadas na região. No total mais de 1100 pessoas foram visitadas e participaram das reuniões dos grupos.

O sociólogo Ruben Siqueira, da Comissão Pastoral da Terra da Bahia, que fez uma síntese das observações das equipes, ressaltou que o tema mais falado foi a água, seja da seca dos rios e dos problemas com grandes projetos de irrigação, desmatamento das nascentes e poluição por meio de agrotóxicos.

Também foi observado que as famílias permanecem em seus territórios através das mais diversas formas de organização como cooperativas e associações, fortalecendo as suas identidades e cultura.

As equipes se reunirão novamente no dia 20 de novembro para discutir os encaminhamentos do Mutirão do Cerrado e estabelecer formas de trocas de informações e de potencialização dos organismos de apoio e denúncias.

O Mutirão, promovido pela Articulação São Francisco Vivo, fez parte das atividades da Semana do Cerrado, que tem como tema "Cerrado em pé: Do berço das Águas um clamor pela Vida!".

A Semana do Cerrado foi encerrada no sábado, 13 de setembro, com a Primeira Romaria do Cerrado, que foi planejada pelas lideranças das comunidades e entidades da região para celebrar todas as formas de vida e de resistência do Cerrado, mas também para denunciar as mazelas que o projeto do capital tem trazido para a região e para as comunidades centenárias. A Romaria foi realizada na cidade de Côcos.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Ruben Siqueira.



Justiça aos Tembés – Após 35 anos de luta, povo indígena tem terra demarcada
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.09.2014

Por Ivânia Neves, NINJA

Nosso principal patrimônio cultural é a terra. Não tem como vivermos nossa cultura sem a nossa terra! – Naldo Tembé – Aldeia Sede

As políticas públicas em relação às sociedades indígenas, desde o início do período colonial, estiveram sempre comprometidas com regimes de exploração e violência, organizadas a partir de diferentes estratégias, que procuraram interferir e silenciar as práticas culturais e as histórias destes povos.

Se a princípio estas iniciativas eram ditadas pelos interesses da Coroa Portuguesa, o Império e a República do Brasil, sem muita hesitação, em nome do desenvolvimento e da integração do país, deram prosseguimento a este sistema. Das tensões que marcaram e continuam marcando com sangue indígena a história e o território deste país, nasceu uma legislação, ainda ameaçada pelos interesses ruralistas, capaz de garantir as terras indígenas no Brasil.

A Terra Indígena Alto Rio Guamá – TIARG, onde vivem os Tembé-Tenetehara, localizada na fronteira dos estados do Pará e do Maranhão, hoje, é resultado de um processo histórico que envolveu a participação de suas principais lideranças e a atuação de algumas instituições como a FUNAI e o Ministério Público Federal. Desde dezembro de 2012, acompanho os do Tembé do Guamá e do Gurupi. A briga pela terra, a dificuldade de estabelecer uma infraestrutura básica nas aldeias e a ameaça de novas invasões fazem parte do cotidiano deles.

Nesta matéria, procurei mostrar a posição dos Tembé diante da TIARG e os acontecimentos que resultaram numa batalha judicial de 35 anos, que deve ser finalizada em 15 de setembro de 2014. Em agosto, uma ordem judicial determinou a desocupação da maior e mais duradoura invasão de suas terras, a Fazenda Mejer.

Como a TIARG entra nos documentos oficiais do Estado brasileiro

No final do século XIX, a intensa migração de colonos europeus para a região sul abriria uma nova frente de extermínio de povos indígenas no Brasil. Em busca de terras, organizados pelo Estado brasileiro, boa parte destes novos migrantes invadiram terras tradicionalmente indígenas.

Mais uma vez, apoiados pelo Estado brasileiro e pelos governos locais, estes acontecimentos desrespeitaram os direitos humanos e resultaram em massacres indígenas. Esta situação, no entanto, foi denunciada em alguns importantes eventos acadêmicos na Europa e o governo brasileiro foi obrigado a assumir uma posição em relação às denúncias. É assim que em 1910, assessorado por intelectuais, foi criado o Serviço de Proteção ao Índio.

CONT.



Apesar da opinião pública, ao mesmo tempo em que criava uma política de proteção aos povos indígenas, outras atitudes governamentais agiam no sentido contrário, sobretudo nas regiões do centro-sul. Data das primeiras décadas do século XX, a distribuição das terras tradicionais dos Kaiowá promovida pelo presidente Getúlio Vargas, por exemplo.

Para justificar a preocupação com seus povos indígenas, em contrapartida a estas ações negativas, o governo federal, em negociação com os governos estaduais, demarcava reservas indígenas onde o contato era mais pacífico e as frentes econômicas menos intensas. Acreditava-se à época, no entanto, que em pouco tempo os indígenas destes territórios seriam assimilados pela cultura regional.

Neste contexto, aconteceu a criação da Reserva Indígena Alto rio Guamá, concedida pelo decreto nº 307 de 21 de março de 1945, no governo do interventor federal General Joaquim Magalhães Barata, com 279.892 ha e um perímetro de 366.292,90 metros. Esta Reserva foi destinada aos Tembé-Tenetehara, mas também incluía os Timbiras, os Guajá, os Kaapor e trabalhadores mestiços da região.

Segundo o cacique Naldo Tembé, da Aldeia Sede: "O governo sempre quis acabar com os povos indígenas. O tempo todo nós somos acusados de não sermos mais índios e o tempo todo eles inventam novas maneiras de mudar nossa cultura!". Desde as primeiras ações do SPI, ficou evidente a intenção de transformar a Reserva em uma colônia agrícola, integrando a população indígena aos moradores da região.

A fundação da cidade de Capitão Poço, em 1961, desmembrada do município de Ourém, tinha como objetivo intensificar o agronegócio nesta região do estado do Pará. Mais uma vez, a chegada de novos colonos, vindos em sua maioria de outras regiões do país, intensificou o processo de invasões na Reserva Indígena, muitas vezes incentivadas pelo próprio SPI.

A Ditadura Militar e os Tembé: a separação

Para controlar melhor as sociedades indígenas, durante a implantação dos grandes projetos de exploração na região amazônica, a Ditadura Militar (1964-1985) transformou o SPI na Fundação Nacional do Índio – FUNAI, que passou a ser presidida pelo general Bandeira de Melo. Nas suas primeiras ações, ele autorizou a Companhia Agropecuária do Pará a invadir 11 mil hectares da Reserva. Esta atitude abriu caminho para novas invasões, quase todas com incentivos fiscais aos que promovessem o desmatamento. Os danos culturais e ambientais representavam um obstáculo ao progresso não só da região, mas do país como um todo.

Fazia parte do planejamento dos militares a construção de grandes rodovias que atravessariam a floresta Amazônia: a Transamazônica e a Santarém-Cuiabá. Estas construções interferiram bastante no cotidiano dos Tembé-Tenetehara, pois precisaram remanejar suas aldeias para mais distante das rodovias. Neste processo, em função do contato pacífico como os militares, muitos homens foram convocados a atuar como pacificadores de outros povos indígenas.

Sérgio Muxi, da aldeia Tekohaw conta que: "À medida que a construção das rodovias avançava pelo território paraense, nós tínhamos que nos afastar, porque junto com estas construções

CONT.



vinham madeireiros, garimpeiros e muita violência”. Elias Tembê, da Aldeia Cajueiro, explica que: “Eles nos levavam para trabalhar na pacificação de outros povos indígenas, que viviam nos caminhos das rodovias. Isso durou até mais ou menos 1979. Depois voltei para o meu povo e decidi formar minha família.”

Durante este período, todas as transformações históricas produzidas pelas políticas de assimilação dos Tembê-Tenetejara aos regionais serviram de argumento para lhes tirar o direito à terra. Para seus inimigos, eles não seriam mais índios. Esta afirmação impõe uma perspectiva biológica de identidade, que desconsidera suas práticas culturais, exige deles uma identidade “pura”, além de lhes negar as transformações históricas por que passam todas as sociedades humanas.

Embora tenha sido criada em 1945, apenas em 1972 teve início o processo de demarcação da Reserva, administrado pela própria FUNAI, que só em 1976 contratou a empresa Plantel para realizar os trabalhos de demarcação. É neste período que tem início a maior invasão das terras dos Tembê, a criação da Fazenda de Mejer kabaczniak, que abriu uma estrada de 24 km de extensão dentro da reserva para ligar sua fazenda à vila de Livramento, no município de Nova Esperança do Piriá.

No início da construção desta estrada, algumas lideranças foram chamadas para assinar uma liberação e, em troca, receberiam incentivos agrícolas do fazendeiro. Não havia, no entanto, um consenso entre os Tembê sobre esta decisão e os poucos indígenas envolvidos, nesta negociação, não sabiam ao certo o que estavam assinando. Como a própria FUNAI gerenciava a transação, a princípio, mesmo sem entender, alguns deles concordaram em assinar.

As primeiras atitudes do fazendeiro logo demonstraram que não haveria qualquer acordo entre eles e os Tembê. A situação ficou tão difícil, que os Tembê precisavam pedir autorização para transitar nas proximidades da estrada. Havia uma vigilância constante com homens armados. Esta situação causou a separação dos Tembê que viviam no norte da reserva, às margens do rio Guamá e os do sul, que se organizavam a partir do rio Gurupi. Para Pedro Tembê, cacique da Aldeia Itaputyre; “Por muitos anos não era difícil passar por lá, não, era impossível! Eles nos separaram! As poucas vezes em que nos encontramos com o pessoal do Gurupi, fomos por fora da nossa terra, não por dentro.”

A constituição de 1988, os Direitos Indígenas e a homologação da TIARGO

Os interesses dos fazendeiros e a sistemática separação dos Tembê convergiram para um processo de divisão da Reserva e em 1988, eles entram com uma ação na justiça para efetivar a divisão. Mas, neste mesmo ano, a própria FUNAI recorreu da decisão e conseguiu retornar a configuração original. A partir daí, iniciou-se na justiça o processo de desocupação.

Com o fim da Ditadura, inicia-se uma grande luta dos povos indígenas para garantir seus direitos na Nova Constituição. Neste novo contexto, começa a haver uma maior flexibilização nas relações de poder nas aldeias Tembê. A presença dos chefes de posto ainda impõe as regras, mas gradativamente, as lideranças começam a fazer valer seus interesses.

CONT.



Em 1992, um acontecimento decisivo marcou o processo de apropriação de suas terras, os Tembé do Guamá e do Gurupi realizaram uma primeira reunião geral. A partir deste momento, mesmo com dificuldades para transitar por suas próprias terras, o intercâmbio entre eles passou a ser constante.

No início dos anos 90, perto da homologação da TIARG, ainda houve um movimento para transferir os Tembé que viviam na região do Guamá. Se isso tivesse acontecido, provavelmente, esta terra indígena teria apenas metade do território que tem hoje. América Tembé, agente de saúde indígena da região do Guamá afirma: "Fizeram várias propostas para a gente sair daqui. Eles queriam nos levar para o Gurupi e prometiam muitas vantagens, mas a gente não queria sair daqui. A gente nasceu aqui. Aqui era a nossa casa". A resistência em aceitar esta decisão foi fundamental para manter o atual território da Terra Indígena Alto Rio Guamá. Finalmente, em 1993 aconteceu a homologação da TIARG.

Em 1998, um dos acontecimentos mais dramáticos envolvendo 77 homens Tembé do Gurupi e do Guamá marcou profundamente o processo de apropriação de suas terras. Depois de destruírem uma invasão dentro da Terra Indígena, eles foram aprisionados pelos fazendeiros, submetidos durante três dias a condições sub-humanas, sem comida, sem água e num espaço mínimo, onde não podiam todos deitar ao mesmo tempo. Várias vezes foram ameaçados de morte. Naldo Tembé diz que "No terceiro dia, já não acreditávamos mais que fôssemos sobreviver".

As mulheres contam que foi um momento de pânico. Não tinham notícias do que havia acontecido. Sabiam o objetivo da missão, mas não entendiam por que os homens não retornaram. Como explica Puyr Tembé "Todos estavam desesperados na aldeia e a primeira informação veio através de uma emissora de rádio. Quando soubemos da prisão, entramos em desespero, mas não podíamos fazer nada. Seria pior se fôssemos até lá! Foram três dias de profunda tristeza. Eram nossos pais, maridos e filhos que podiam ter morrido naquela situação".

A situação só se resolveu, porque a polícia entrevistou e obrigou os fazendeiros a libertá-los. Várias mulheres relatam que a volta de seus maridos e filhos foi um momento de muita emoção. Sem comer por três dias, estavam todos muito magros, com uma aparência de quem realmente voltava de uma guerra. Para elas, era um milagre vê-los regressando.

Tudo que aconteceu foi, sem dúvida, uma tragédia para eles. Mas, como analisa Naldo Tembé: "Por pior que tenha sido, serviu para nos unirmos ainda mais!". Depois deste acontecimento, os fazendeiros envolvidos neste conflito foram obrigados a se retirar da TIARG e o desejo de afastar todos os invasores se intensificou entre eles.

Foto: Cobertura realizada na Festa do Moqueado na aldeia Itaputyre, Novembro de 2013 / Mídia NINJA

Foto: Cobertura realizada na Festa do Moqueado na aldeia Itaputyre, Novembro de 2013 / Mídia NINJA

A desocupação da TIARGA

CONT.



As mortes do fazendeiro Mejer e de seu filho mais velho começaram a sinalizar para uma perspectiva de retomada das terras. João Tembê, da Aldeia Itaputyre afirma que: "Depois que o velho e o filho mais velho morreram, o que ficou administrando a fazenda disse que não ia mais brigar para ficar com a parte que está em nossas terras. Quando saiu a decisão que nós ganhamos na justiça, ele mandou destruir tudo que tinha lá, as casas e tudo. Mas nós ainda não retomamos nada não. Ainda falta sair a ordem. Só que agora a gente já pode pelo menos ir lá para o Gurupi de moto, sem medo dos caras que vigiavam a estrada."

Em 2013, finalmente a justiça decretou a saída definitiva da última invasão na TIARG, porém, demorou mais de um ano para ser liberada a ordem de despejo, assinada só em agosto de 2014. Segundo a decisão, a desocupação deve acontecer hoje, no dia 15 de setembro.

As dificuldades e as ameaças à TIARG ainda são bem grandes. A extração de madeira, o avanço das frentes agropecuárias e até mesmo a presença de traficantes e de plantações de maconha na região continuam ameaçando os Tembê. A luta pela terra representa a luta por um modo de vida e, sem dúvida ela é o maior patrimônio cultural desta sociedade.

Para Puyr Tembê: "Este é um momento de muita esperança para o nosso povo. Agora nós vamos recuperar todas as nossas terras. Mas o desafio continua, porque nossas fronteiras continuam ameaçadas pelos interesses de muitas pessoas importantes na região!"



MG – Oficina sobre Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais, de 19 a 21/09
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.09.2014

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), por meio da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais e em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), promove, de 19 a 21 de setembro, em Teófilo Otoni, oficina voltada para representantes de comunidades e povos tradicionais que vivem na região do Vale do Mucuri.

O objetivo é apresentar a essas pessoas o projeto Mapeamento dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais, do Programa Cidade e Alteridade, da UFMG, além de capacitá-las para que conheçam melhor os seus direitos e as políticas públicas destinadas a essas comunidades, como, por exemplo, o direito à regularização territorial.

São esperados cerca de 50 participantes, entre lideranças de comunidades quilombolas, povos indígenas, ciganos, povos de terreiros, vazanteiros, geraizeiros.

A oficina será realizada na sede da Aprender a Construir Juntos (APJ) – Casa EMAUS, na rua Amadeu Onofre, 205, em Teófilo Otoni.

Confira a programação abaixo:

PROGRAMAÇÃO

19 DE SETEMBRO – Sexta-feira

8h às 10h30 - Deslocamento a Teófilo Otoni. Credenciamento.
10h30 às 12h - Abertura Oficial da Oficina. Apresentação do Programa. Apresentação dos facilitadores e lideranças/comunidades.
12h às 14h - Almoço
14h às 18h - Conceito de povos e comunidades tradicionais e Conceito de Quilombo (construção coletiva do conceito de comunidades tradicionais e comunidades quilombolas – aspectos que caracterizam uma comunidade como tradicional).
19h30 às 21h - Exibição de filme ou apresentação artística

20 DE SETEMBRO – Sábado

8h às 12h - Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais e de Povos Quilombolas – Convenções Internacionais, Direitos Constitucionais e Infraconstitucionais, Lei nº 21.147, de 14 de Janeiro de 2014 (Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais em Minas Gerais); órgãos de governo e políticas voltadas para esses povos e comunidades; processos de regularização dos territórios – base legal, descrição e problematização.
12h às 14h - Almoço
14h às 18h - Território, produção e contexto social - práticas tradicionais de recursos naturais e simbólicos, sustentabilidade, formas de solidariedade entre famílias e comunidades.
19h30 às 21h - Exibição de filme ou apresentação artística

21 DE SETEMBRO – Domingo

8h às 12h - Estratégias e encaminhamentos do Projeto: apresentação e aprimoramento de instrumento de coleta de dados e estratégias de mapeamento; Construção e pactuação de agenda; avaliação da Oficina. Encerramento.
12h às 14h - Almoço
14h às 18h - Retorno às comunidades

Atenção: Levar roupa de cama e banho

MPMG
Ministério Público
do Estado de Minas Gerais

cimos
COORDENADORIA DE INCLUSÃO
E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS

**CIDADE E
ALTERIDADE**

**Mapeamento
de Povos e Comunidades
Tradicionais**
em Minas Gerais



Conselho Nacional de Saúde debate a criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI)

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.09.2014

Equipe de Comunicação do CNS

O pleno do Conselho Nacional de Saúde (CNS) fez debate na última quarta-feira (10) na Reunião Ordinária mensal sobre a proposta de criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI).

O pleno do CNS reconheceu o esforço do Governo em atender as demandas dos povos indígenas, mas destacou dúvidas em relação à natureza jurídica e o papel da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) frente ao INSI e do Controle Social frente ao Conselho de Administração do Instituto.

Segundo o Conselheiro Nacional, Edmundo Omore, a criação do Instituto é uma saída para a melhoria da atenção básica na aldeia e também para a alta e média complexidade. "Vai facilitar a demanda atual nos 34 Distritos Indígenas", afirmou.

O presidente do Condisi Altamira, William Domingues, disse que apoia a criação do INSI e acrescentou o papel do Controle Social nesse processo de debate. "Levamos o projeto para as bases, nenhuma comunidade indígena deixou de ser consultada. Nosso povo entendeu da mesma forma que nos foi apresentado e disse sim ao Instituto", informou. "O momento é de grande importância. Tudo que está dentro do Instituto foi tirado da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, respeitando o desejo da comunidade", completou o presidente do Condisi Ceará, Gabriel Tapeba.



MP quer suspensão de licenciamento de hidrelétricas que vão atingir aldeias e sítios arqueológicos em MS

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.09.2014

Para MPF e MP/MS, licenciamento ambiental nos moldes atuais é crime e pode levar à penalização dos responsáveis. Nenhuma comunidade indígena foi consultada, o que contraria a Constituição

MPF – O licenciamento ambiental de três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) na bacia do Rio Amambai, na fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai, deve ser imediatamente suspenso. Ele só poderá ser retomado após autorização da Fundação Nacional do Índio (Funai) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). No processo de licenciamento, não constam manifestação da Funai sobre o impacto dos empreendimentos em terras indígenas nem qualquer autorização do Iphan para a retirada dos sítios arqueológicos que existem na região.

Para que o licenciamento seja levado adiante, a Funai deverá realizar consultas prévias às comunidades indígenas afetadas, para só então se manifestar. Já o Iphan tem que realizar estudos sobre o potencial de dano aos sítios arqueológicos existentes nas áreas impactadas pelas PCHs Foz do Saiju, Barra do Jaguari e Bela Vista, todas no Rio Amambai.

A área que deverá ser impactada abrange terras indígenas, já consolidadas e em fase de estudo antropológico. Podem ser potencialmente afetadas, direta e indiretamente, as terras Indígenas Amambai, Guaimbé, Jaguari, Jarara e Rancho Jacaré, todas homologadas e demarcadas pelo governo federal. A Constituição Federal determina que os indígenas devem ser consultados sobre obras que impactem suas comunidades, o que não aconteceu. Estes fatores não foram levados em consideração pelo Imasul, órgão ambiental do governo do estado responsável pela concessão do licenciamento.

O Ministério Público constatou ainda que os Estudos de Impacto Ambiental apresentados não abrangeram o trabalho de recuperação de áreas degradadas ao longo do rio, já em andamento, nem medidas compensadoras de eventual supressão e deslocamento de áreas de preservação permanente e reserva legal das propriedades atingidas pelos empreendimentos. Houve, ainda, ausência de licenciamento ambiental de uma das PCHs planejadas. As audiências públicas obrigatórias não foram realizadas em conformidade com a lei e não tiveram participação da Funai nem do MPF.

De acordo com os Relatórios de Impacto Ambiental, a PCH Foz do Saiju abrange os municípios de Amambai, Juti, Caarapó e Laguna Carapã. O empreendimento terá a capacidade instalada total de 20 megawatts e a estimativa do custo é de R\$ 80 milhões de reais.

Já a PCH Barra do Jaguari localiza-se entre os municípios de Amambai e Laguna Carapã, com
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 165 / 2014

Brasília, 17 de setembro de 2014.

capacidade para gerar até 29,7 megawatts. Estima-se o custo de R\$ 118,8 milhões. Os dois projetos são da empresa Sigma Energia. Há, ainda, a previsão de instalação da PCH Bela Vista na mesma bacia hidrográfica.

O Imasul e Iphan têm 30 dias de prazo, a partir do recebimento, para responder se acatam ou não a Recomendação. A ausência de resposta poderá levar ao ajuizamento das ações cabíveis.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Mayron Borges.



Nota do Cimi sobre a Atenção à Saúde Indígena

SÍTIO CIMI, 17.09.2014

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), uma vez mais, manifesta-se publicamente contra a pretensão do governo federal de criar uma estrutura paraestatal para executar as ações e serviços no âmbito da saúde indígena. O argumento usado pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) nas reuniões dos conselhos distritais de saúde indígena (Condisi), sobre o novo modelo proposto pelo órgão para a Atenção à Saúde Indígena, e que se resume na criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI), é de que não existem propostas alternativas, e que o Cimi está simplesmente fazendo a crítica pela crítica sem apresentar soluções. Esta afirmação demonstra um profundo desconhecimento e injustiça contra os povos indígenas, ignorando completamente suas lutas e o conteúdo político-transformador contido na formulação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), propostos pelas Conferências Nacionais de Saúde Indígena, desde o ano de 1986. No intuito de fazer justiça à histórica luta dos povos, apresentamos, em caráter propositivo, uma breve memória das conquistas e propostas do movimento indígena na área da saúde.

A construção do modelo de atenção à saúde indígena

A construção do modelo de atenção diferenciada à Saúde Indígena é uma das propostas mais inovadoras nas políticas públicas no país, e considerada por muitos o embrião para a reorientação da política indigenista com base em critérios geográficos e culturais adequados à realidade dos povos indígenas. Este direito vem sendo conquistado através de uma luta incessante protagonizada pelo movimento indígena, desde a aprovação da Lei Arouca que instituiu os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), em 1999, e da Política Nacional de Atenção a Saúde das Populações Indígenas (PNASPI), em 2002.

A criação da SESAI

A SESAI também é fruto da mobilização do movimento indígena, que ao longo dos anos foi construindo o entendimento de que seria necessária a criação de uma instância que gozasse de maior autonomia política e financeira para assumir a gestão da saúde indígena. Desde a sua criação em 2010, a SESAI teve seu orçamento incrementado significativamente, enquanto em proporção inversa se observava a piora acentuada dos indicadores de saúde e da qualidade da assistência em todos os Distritos Sanitários Indígenas do país. A atual gestão da SESAI poderia ter realizado o Concurso Público para provimento dos cargos da área administrativa dos distritos desde o primeiro ano de sua criação, conforme compromisso assumido com o movimento indígena. Preferiu, no entanto, manter o modelo da terceirização, possibilitando a continuidade dos escândalos de corrupção, como no caso do aluguel de veículos e aeronaves e na compra de medicamentos, devido às ingerências políticas e a relação promíscua com fornecedores dos serviços.

CONT.



Para efetivar a autonomia administrativa e financeira dos DSEIs é preciso apenas dispor dos recursos humanos adequados e de uma gestão eficiente, o que garantirá realizar as licitações e os demais procedimentos administrativos necessários à correta e transparente utilização dos recursos públicos. A alegação da SESAI de que estes procedimentos inviabilizam a saúde indígena não tem nenhum fundamento, pois as licitações são utilizadas por todos os órgãos públicos do país, e existem mecanismos legais para garantir a excepcionalidade da saúde indígena. A verdade é que não existe vontade política de resolver o problema, pois boa parte dos cargos de chefia da SESAI em âmbito nacional e distrital são preenchidos a partir de critérios partidários e fisiológicos.

A defesa do concurso público específico e diferenciado

Após o concurso público destinado a preencher as vagas de servidores no Distrito Sanitário Yanomami, em 1996, realizado pela FUNASA de forma indiferenciada e sem respeito aos parâmetros culturais dos povos indígenas, o Núcleo Interinstitucional de Saúde Indígena de Roraima (NISI-RR) apresentou a proposta de realização de outro Concurso Público Específico e Diferenciado, com requisitos como regionalização, participação indígena e critérios de adequação cultural. Estas propostas foram aprovadas em diversas conferências e estão contempladas nos critérios propostos pelo Ministério Público Federal no Termo de Conciliação Judicial (TCJ) que procura resolver a precarização das formas de contratação dos recursos humanos adotadas hoje pela SESAI.

A necessidade da autonomia administrativa e financeira dos DSEIs

A autonomia administrativa e financeira dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) é um dos princípios fundamentais do modelo proposto nas conferências e na Política Nacional de Saúde Indígena, promovendo a execução de programas e ações adequados às realidades locais e regionais, adaptando as questões logísticas e administrativas às especificidades geográficas, epidemiológicas e culturais de cada distrito. A efetivação desta autonomia precisa ser construída em médio e longo prazo, inclusive com a mudança dos marcos legais que limitam o reconhecimento da especificidade cultural de cada povo. Este processo fica totalmente inviabilizado com a criação do INSI, de abrangência nacional.

A formação dos agentes indígenas de saúde

O Programa de Formação Profissional para Agentes Indígenas de Saúde implementado de 2000 a 2004 em todos os distritos do país foi construído de forma participativa, envolvendo lideranças indígenas e diferentes instituições, coordenado pela professora Ena Galvão, de reconhecida competência no Ministério da Saúde, com base na pedagogia construtivista e comunicação intercultural. Este programa foi concluído de forma pioneira pelo Distrito Sanitário Indígena do Leste de Roraima, depois de sete anos de cursos modulares realizados nas próprias comunidades com uma carga horária total de mais de 1.200 horas, tendo certificado um grupo de 374 alunos provenientes de todas as etnias e pólos-base do DSEI, em uma parceria que envolveu o Conselho Indígena de Roraima (CIR) e a Escola Técnica de Saúde do SUS (ETSUS).

CONT.



De todos os aspectos da atenção à saúde dos povos indígenas, sem dúvida o mais importante é a Medicina Tradicional Indígena, usada há milênios pelos povos indígenas através de seus pajés, xamãs, curadores e parteiras tradicionais, assim como no conhecimento disseminado em todas as comunidades sobre o uso das plantas medicinais, regimes alimentares e rituais de cura. Este trabalho pode ser significativamente potencializado através da formação e integração da medicina tradicional com os profissionais de saúde indígenas, através de uma política de formação e regularização profissional a ser implementada nos níveis básico, técnico e superior, como prevê a Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena, mas que até hoje tem sido totalmente negligenciado pela SESAI.

O sistemático boicote à consolidação do subsistema

Desde o início da implantação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASI-SUS), houve forte resistência por parte dos grupos políticos que tradicionalmente controlam os órgãos públicos, alegando que seria impossível aprovar uma legislação diferenciada em relação aos povos indígenas, por representar uma proporção ínfima da população e sem expressão político-partidária. Esta é a mesma alegação utilizada hoje pelos tecnocratas da SESAI ao argumentar pela inviabilidade de um Concurso Público Específico e Diferenciado para os recursos humanos da Saúde Indígena no país, a partir de bases legais a serem estabelecidas com a participação do Ministério Público Federal e do Congresso Nacional.

O artifício usado pela atual coordenação da SESAI para esconder a sua incapacidade na gestão da saúde indígena é propor uma alternativa que desconsidera todo o acúmulo construído ao longo das últimas décadas pelo movimento indígena, apresentando a privatização do subsistema como solução mágica para todos os problemas vividos pelas comunidades. Para isto, procura difundir entre os conselheiros e lideranças indígenas a idéia de que não existem alternativas possíveis, e de que a autonomia administrativa e financeira dos distritos, a contratação de profissionais indígenas por meio de Processo Seletivo Diferenciado, e o provimento de profissionais para os distritos através de um Concurso Público Específico e Diferenciado são inviáveis, o que já foi desmentido pelo Ministério Público Federal.

A 6ª Câmara do Ministério Público Federal (MPF) reconheceu em documento recente que a proposta de criação do INSI e a forma como a SESAI tentou impor a sua aprovação junto aos povos indígenas, fere os princípios constitucionais do Sistema Único de Saúde (SUS) e o direito à consulta prévia, livre e informada assegurado pela Convenção 169 da OIT. Anteriormente, muitas organizações indígenas do país já haviam se manifestado de forma contundente contra esta proposta, como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) e Articulação dos Povos Indígenas do Sul (ARPINSUL), entre outras.

O Cimi alerta para a discrepância que o INSI provocará na política de saúde pública do país, gestada e executada a partir de regras constitucionais e da lei 8080/1990, que consolidaram o Sistema Único de Saúde (SUS). Também o Subsistema de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, quando criado pela Lei Arouca, foi vinculado ao SUS, devendo a política de saúde indígena ser também gestada e executada pela União e não por organizações ou empresas

CONT.



privadas.

No entender do Cimi, o governo federal pretende implantar dentro da atual legislação uma anomalia jurídica para com ela eximir-se de responsabilidades quanto à política de saúde para os povos indígenas, transferindo-a para setores e empresários da saúde como se ela fosse uma espécie de negócio. Além disso, causa preocupação os aspectos orçamentários embutidos nas mudanças pretendidas no âmbito desta política de saúde. Observa-se que os recursos financeiros têm sido ampliados de modo significativo para a saúde indígena nos últimos anos, passando de aproximadamente 350 milhões para mais de 1 bilhão de reais, e com o modelo proposto serão gestados e administrados por empresas que não estarão submetidas aos mecanismos dos órgãos de fiscalização e do controle social, ficando inclusive o Ministério Público Federal desprovido de competência para atuar com a temática da atenção à saúde indígena caso o INSI seja criado.

Nesse contexto, o Cimi manifesta sua estranheza em relação aos ataques que vem sofrendo por parte de alguns integrantes do Fórum de Presidentes dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena (FPCondisi) - leia aqui. Em nenhum momento a entidade fez qualquer referência à atuação deste fórum, por outro lado, todas as críticas do Cimi direcionadas ao governo federal, de modo particular à SESAI, estão sendo tomadas pelo FPCondisi como se fossem suas e, ao respondê-las, tem assumido a defesa incondicional da SESAI, do governo e da proposta de criação do INSI.

Mais estranho ainda é o fato dos referidos ataques serem extensivos a organizações indígenas, legítimas representantes do movimento indígena brasileiro, como se pode constatar em nota publicada no dia 12 de setembro. Tem-se a impressão que o FPCondisi está exercendo uma espécie de "controle social invertido", ao invés de controlar as ações do governo, está tentando impedir as organizações indígenas e as entidades indigenistas de exercerem seu papel de informar os povos indígenas sobre os assuntos de seus interesses e externarem suas posições críticas frente às iniciativas governamentais.

Por fim, o Cimi reitera seu posicionamento em defesa de um modelo de atenção à saúde indígena que respeite as propostas historicamente construídas pelo movimento indígena, propostas estas que são totalmente inconciliáveis com a realidade de terceirização hoje existente, feitas por intermédio de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Osip) e Organizações Sociais (OS), frutos da política implantada pelo governo FHC e continuada pelos governos do presidente Lula e da presidente Dilma. Da mesma forma, são também inconciliáveis com a perspectiva privatista representada na proposta de criação do INSI, pelas razões acima expostas.

Brasília, DF, 17 de setembro de 2014

Conselho Indigenista Missionário – Cimi



RS: Movimentos em defesa dos direitos humanos e pelo fim da criminalização das lutas sociais

SÍTIO CIMI, 17.09.2014

Diante de recentes episódios envolvendo a criminalização das lutas sociais no Rio Grande do Sul, acompanhada de preocupantes violações aos direitos humanos, com o destaque indigenista para as prisões e agressões sofridas pelo povo Kaingang em pleno direito de reivindicação de seus territórios tradicionais usurpados, movimentos sociais e organizações circularam um manifesto, que segue na íntegra:

EM DEFESA DA GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS E PELO FIM DA CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS E LUTAS SOCIAIS DO RS

As organizações sociais, os movimentos populares, as lideranças e sujeitos de direitos ligados a diferentes populações, comunidades e segmentos de luta, reunidos na Caravana dos Defensores e Defensoras dos Direitos Humanos de Porto Alegre, realizada no dia 06 de setembro de 2014, na sede do Sindicato dos Municípios de Porto Alegre (SIMPA), vem a público manifestar a defesa incondicional dos direitos humanos das populações e segmentos sociais que vivem em situação de marginalização, violência e exclusão, bem como manifestar sua indignação com relação à criminalização que os movimentos e organizações sociais populares e suas lideranças vêm sofrendo nas diferentes frentes de luta no Estado do RS.

Ao tratar da realidade vivida pelas populações, comunidades e sujeitos de direitos; da atuação do Estado no que se refere aos instrumentos de defesa/proteção e das políticas de promoção dos direitos humanos; da capacidade de organização e mobilização das lutas e movimentos sociais, bem como do empoderamento das populações e comunidades específicas e suas lideranças, as manifestações apresentadas e colhidas ao longo deste encontro, mostram que direitos humanos e direitos cidadãos (constitucionais) básicos parecem inalcançáveis para uma parcela significativa da população. Neste sentido, manifestamos e denunciemos:

- o interesse do capital imobiliário incidido sobre os territórios, promovendo a remoção e exclusão das populações e dos povos de direito dos seus territórios;
- a omissão e a conivência do Estado em relação à violação dos direitos das populações e dos povos nos territórios tradicionais;
- o genocídio dos de Baixo, do povo negro e a segregação racial, geracional e social das populações e povos em nível mundial (refletido também no âmbito local);
- a violência policial e estatal contra populações discriminadas, marginalizadas e criminalizadas;

CONT.



- a ineficácia das políticas públicas efetivas na garantia dos direitos humanos básicos das populações, povos e segmentos marginalizados: comunidade LGBT, populações de rua, comunidades quilombolas e povos indígenas, etc.;
- a criminalização das lutas e de ativistas dos movimentos sociais, como forma de desmobilizar a sociedade, as populações e os povos em defesa de seus direitos;
- a responsabilização do governo do estado, na pessoa do secretário estadual de habitação, Marcel Frison e aliados, pela desarticulação de comunidades e territórios ocupados, além de atentados contra lideranças e indivíduos que resistem ao processo de higienização provocado pela especulação imobiliária;
- o conluio entre poderes públicos para garantir o interesse de empresas e a intensificação dos processos de remoção, sendo que só no último mês ocorreram duas remoções de comunidades (Avipal e Dois Irmãos), ambas comunidades atingidas e desconstruídas pelos mesmos atores políticos;
- a tentativa de cooptação de movimentos sociais pelo Estado, visando garantir os interesses econômicos de empreiteiras, imobiliárias e demais corporações industriais e comerciais;
- a parceria entre o governo do estado e universidades gaúchas com a Elbit (empresa Israelense que trabalha com sistemas de segurança e armamentos), que possui relação direta com o genocídio do povo palestino;

Ao mesmo tempo, defendemos e exigimos:

- a defesa dos direitos e o reconhecimento da identidade das populações, povos e comunidades nos seus territórios;
- o compromisso dos governos com a legalização, titulação e demarcação dos territórios dos povos indígenas, comunidades quilombolas e comunidades urbanas;
- a retomada dos territórios como direitos reconhecidos e conquistados pelos povos e comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas), bem como das populações e comunidades urbanas;
- a mobilização e unificação das organizações sociais em torno de agendas comuns em defesa dos direitos dos povos, populações e segmentos marginalizados e criminalizados da sociedade;
- a manutenção da articulação da resistência e das iniciativas coletivas em defesa dos direitos humanos e contra toda forma de violência e criminalização;
- a elaboração de uma carta de moção ao governador do estado exigindo o afastamento imediato do secretário de habitação, Marcel Frison, e assumindo o compromisso de colocar no cargo pessoa íntegra e com compromisso aos direitos humanos das populações atingidas;
-

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 165 / 2014

Brasília, 17 de setembro de 2014.

- o arquivamento imediato dos processos criminais com cunho político, dos inquéritos judiciais e das investigações ideológicas praticadas contra ativistas de movimentos sociais;
- o apoio à luta nacional que visa a desmilitarização das polícias;
- a formação de grupos de estudos temáticos para compreender o contexto da luta, resultando em oficinas, teatro e atividades diversificadas nas comunidades atingidas com o propósito de fortalecer a luta pelos territórios;
- a efetivação de um Estado laico de fato, onde os cidadãos tenham o direito à livre expressão, opção e credo, sem qualquer tipo de discriminação e perseguição, com espaços de participação efetivos a este debate;
- o investimento de recursos para o sistema habitacional e a urbanização dos territórios para garantir os direitos mínimos de dignidade das populações e povos atingidos;
- a extinção de iniciativas que visem retrocessos com relação aos direitos territoriais dos povos, comunidades e populações, como é o caso da PEC 215 e outras propostas inconstitucionais semelhantes;
- a ruptura imediata dos contratos entre o governo do estado do Rio Grande do Sul e as universidades gaúchas UFRGS, PUCRS, UFSM e UNISINOS com a empresa israelense Elbit, representada no país através da subsidiária AEL Sistemas;

Por fim, manifestamos que não abandonaremos a luta e não vamos recuar nenhum passo na defesa e garantia dos direitos humanos dos povos, comunidades e populações!

Subscrevem este manifesto,

Ação de Rua Arquipelago; Amencar; Bacupari; Bloco de Luta pelo Transporte 100% Público; Boca de Rua; Caminho das Águas/ Ilhéus Ecológicas; Cáritas/RS; Centro Franciscano Pedro Chaves Barcellos; CIMI Sul (Conselho Indigenista Missionário); Comitê Popular Contra o Estado de Exceção; Comitê Popular da Copa (ANCOP); Comunidade Indígena Morro do Osso (Kaingang); CRDH/ Avesol; Frente Quilombola/RS; Gapa-RS; Ilhéus Ecológicas; IDHESCA; Manifesto POA; Mov. LGBT; Movimento Autônomo Utopia e Luta; Movimento Nacional da População de Rua; Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH); Movimento Negro Unificado (MNU); MPG, Professores de Goiás; Ocupação Progresso; Ocupação Sete de Setembro; PPDDH - RS; Parrhesia Erga Omnes; Quilombo dos Machado; Rede Macumba de Comunicação; Resistência Urbana; SIMPA; Stop the Wall; Teatro In-Visíveis; Vila Dique.

CARAVANA DOS DEFENSORES E DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS POA/RS.

Porto Alegre, 06 setembro de 2014.



Justiça barra construção de usina
SÍTIO DIÁRIO DE CUIABÁ, 17.09.2014

GUSTAVO NASCIMENTO
Da Reportagem

A Justiça suspendeu o licenciamento para a construção da usina hidrelétrica São Manoel, localizada no rio Teles Pires, em Sinop (500 km de Cuiabá), por conta da falta de consulta à três povos indígenas que moram na região e sofreram impacto por conta da barragem do rio.

A decisão foi tomada pelo Juiz Federal Substituto 1ª Vara Federal de Mato Grosso, Ilan Presser, que acatou um pedido realizado pelo Ministério Público Federal (MPF). O magistrado determinou a realização de consulta aos povos indígenas potencialmente impactados pela construção da hidrelétrica, no prazo de até 90 dias.

Caso haja descumprimento da decisão, tanto o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) quanto empresa responsável pela obra, Empresa de Pesquisa Energética (EPE), terão que arcar com uma multa de R\$ 100 mil por dia.

Conforme Presser, o licenciamento apenas poderá ser liberado após o mérito julgado da ação, ou seja comprovação nos autos, da realização da consulta prévia, livre e informada aos povos indígenas Kayabi, Munduruku e Apiaká. Segundo a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), se somadas, as populações das três etnias juntas chegam a 15 mil pessoas.

De acordo com o MPF, as comunidades terão suas vidas completamente alteradas pela construção da usina, porém elas sequer foram consultadas sobre a obra, o que desrespeitaria o artigo 6º da Convenção 169/89 da O Internacional do Trabalho (OIT).

Segundo o MPF, a Convenção nº 169 garantiu a participação dos povos indígenas em construções que afetassem a vida nas comunidades. "O empreendimento causará interferência direta nos povos indígenas e, ainda, trará danos iminentes e irreversíveis para sua qualidade de vida e seu patrimônio cultural".

Em 2013, a Justiça havia determinado que Ibama e EPE providenciassem a tradução dos estudos de impacto ambiental da usina para as línguas dos povos afetados pela obra. A Justiça também havia ordenado a realização de audiências públicas nas comunidades indígenas envolvidas.

Em sua decisão, o magistrado afirmou que o IBAMA não comprovou nos autos que efetivou o direito de consulta. "Ao revés, apenas demonstrou ter dado publicidade do empreendimento aos indígenas, sem a tradução técnica do projeto para os povos afetados. E, é certo que a mera divulgação da decisão de realizar a obra aos povos afetados não se confunde com o direito de consulta previsto na Convenção".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 165 / 2014

Brasília, 17 de setembro de 2014.

O magistrado ressaltou que tanto o Ibama e a EPE estão suprimindo direitos de minorias e invertendo, indevidamente, as fases do licenciamento. "Com o deferimento do pedido liminar impede-se, que as questões, discutidas nos presentes autos, se resolvam em futuras compensações meramente patrimoniais, diante da irreversibilidade da construção do empreendimento, com a consumação de um etnocídio, culminando-se em crônica de uma tragédia anunciada."

Em março, a Justiça a impediu o leilão da UHE pelo falta de um Estudo do Componente Indígena na íntegra e reconhecido pela Fundação Nacional do Índio (Funai), que mediria os efeitos ambientais da construção da usina sobre as populações nas proximidades.



Ação atende cerca de três mil indígenas em município de Paranhos

SÍTIO REGIÃO NEWS, 17.09.2014

O publico alvo a serem atendidos são os indígenas, devido inúmeros problemas de falta de documentações existentes nem suas comunidades

Durante cinco dias (08, 09, 10, 11 e 12 de setembro/2014) o CEESRAD (Comitê de Erradicação de Sub-Registro civil de Nascimento e Ampliação do Acesso a Documentação básica de Mato Grosso do Sul) em parceria com a Prefeitura Municipal por meio da secretaria municipal de assistência social, FUNAI e SESAI realizou a primeira etapa de levantamento de falta de documentos nas Aldeias Parguaçu, Arroyo Corá, Sete Cerros, Pirajuí e Potrero Guassú no município de Paranhos.

O Mutirão teve como objetivo a contribuição para o acesso da população indígena do município aos Direitos Humanos, por meio da erradicação do sub-registro de nascimento, diminuindo o número de pessoas sem a certidão de nascimento e possibilitando a oportunidade de aquisição de outros documentos.

Segundo Silas Silva do CEESRAD/MS, o publico alvo a serem atendidos são os indígenas, devido inúmeros problemas de falta de documentações existentes nem suas comunidades: "Os povos indígenas recebem primeiramente um Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI) que informa local, data e grupo étnico a qual pertence o cidadão, depois disso, vem o Registro de Nascimento, que é o documento fundamental para que os outros documentos sejam adquiridos e esse mutirão é para dar o primeiro passo neste sentido em outra ocasião outra mobilização será realizada para a entrega dos documentos" Explicou Silas.

Essa primeira etapa do mutirão foi realizada pela Prefeitura de Paranhos por meio da Secretaria de Assistência Social, com o apoio das Secretarias de Educação, Administração, departamento municipal de trânsito e transporte, CEESRAD, FUNAI, SESAI e o Exército Brasileiro, através do 17º R. C. MEC de Amambai, na oportunidade, segunda Antonia Zagonel, gestora de assistência social do município, foram efetivados cerca de três mil atendimentos aos índios das cinco aldeias existentes em Paranhos.

"É preocupante que em nossas aldeias, muitos índios ainda estejam sem acesso à documentação básica. E por isso a realização deste mutirão, o objetivo é que todos possam ter suas certidões de nascimento e registro de identidade (RG)", afirmou a Gestora, que fez questão de agradecer o prefeito Júlio Cesar (PDT) pelo apoio e todos que trabalharam arduamente nestes dias nas aldeias para a realização da ação.

O Prefeito Júlio Cesar visitou uma das aldeias durante a ação, elogiou os trabalhos e parabenizou os indígenas por mais essa conquista: "Reconhecemos que ainda temos muito que fazer pela frente, em busca de levar mais dignidade aos nossos índios, porém toda ação como

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 165 / 2014

Brasília, 17 de setembro de 2014.

essa é muito bem vinda, queremos agradecer a todos envolvidos neste mutirão e parabenizar nossos patrícios por mais essa conquista, pois é muito importante que eles tenham os registros para exercer seus direitos básicos como cidadão dentro e fora da aldeia, enquanto cidadãos brasileiros” Disse o prefeito Júlio Cesar.

Últimos dias para fazer a inscrição na especialização em Cultura e História dos Povos Indígenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.09.2014



Terminam na próxima sexta-feira, 19, as inscrições para a Especialização em Cultura e História dos Povos Indígenas, que está sendo oferecida gratuitamente pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) na modalidade a distância. Estão sendo oferecidas 50 vagas, sendo 40 destinadas a professores em exercício na rede pública de ensino e dez para demanda social, com ampla concorrência. Todas são para o polo de apoio presencial de Juiz de Fora.

Para participar do processo seletivo é preciso cumprir duas etapas. Inicialmente, os interessados devem acessar o link disponível no site do Centro de Educação a Distância e efetuar a inscrição online. Entretanto, a participação só é efetivada com a entrega dos documentos mencionados no edital diretamente no polo de Juiz de Fora. O prazo para a entrega da documentação também termina na sexta-feira, 19.



Boletim de Notícias - Edição nº 165 / 2014

Brasília, 17 de setembro de 2014.

Chamada para Nº 03 – Dossiê: Educação Indígena

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.09.2014

ÑANDUTY é Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados e lança agora o convite para seu terceiro número, com o tema da Educação (Escolar) Indígena

Historicamente a educação foi uma das estratégias utilizadas pela colonização para “domesticar” (catequizar, normatizar, submeter, civilizar) e tentar integrar os povos indígenas à sociedade nacional, como reservas de mão de obra, falantes da língua portuguesa e aos poucos inseridos na economia de mercado.

Nestes mais de 500 anos de contato com os europeus, os povos indígenas foram, também, usando suas próprias estratégias e fazendo suas experiências de educação escolar. Nas últimas décadas, a partir do movimento indígena e parcerias múltiplas, estas experiências de educação foram se transformando em direção à realidade destes povos, adotando elementos de suas línguas, conteúdos, professores e gestores indígenas.

Paralelo e concomitante a estas experiências, os povos indígenas sempre desenvolveram por séculos sofisticados mecanismos de produção e reprodução social num complexo sistema de educação, que chamamos de pedagogia indígena, processos próprios de aprendizagem, entre outros conceitos e práticas culturais de transmissão geracional de conhecimentos e saberes.

O presente número 03 da REVISTA ÑANDUTY tem como tema justamente a complexa relação entre educação, cultura e sociedade e está aberto a diferentes contribuições teóricas e/ou baseadas em trabalhos de pesquisa de cunho etnográfico ou de outro tipo relacionado à Educação (escolar) Indígena.

Endereço para o envio de artigos: www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/nanduty/

Data limite para a submissão de artigos: 30 de novembro 2014

Data de publicação: fevereiro de 2015



Questão Indígena: Membros da FPA comemoram decisão histórica do STF

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 17.09.2014

Os deputados e senadores da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) comemoraram a decisão histórica da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) que, por maioria de votos, deu provimento ao Recurso Ordinário em Mandado de Segurança (RMS) 29087, reconhecendo não haver posse indígena em relação a uma fazenda, em Mato Grosso do Sul, que havia sido declarada, pela União, como área de posse imemorial (permanente) da etnia guarani-kaiowá, integrando a Terra Indígena Guyraroká.

A Turma aplicou nessa terça-feira (16) o entendimento firmado pelo Plenário do STF no julgamento do caso Raposa Serra do Sol (PET 3388) e decidiu reformar acórdão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que indeferiu mandado de segurança com o qual o proprietário da fazenda buscava invalidar a declaração da área como terra indígena.

Os membros da FPA entendem que a decisão de ontem, além de representar uma conquista importante, pode influenciar todas as decisões do Poder Judiciário sobre demarcações de terras indígenas, consolidando a segurança jurídica e o respeito à Constituição. Para os parlamentares da entidade, a decisão deve servir para reflexões dos antropólogos da Funai, que por esse Brasil adentro saem a demarcar a torto e a direito terras produtivas sem observar o marco temporal de 5 de outubro de 1988 do artigo 231 da Constituição.

Marco temporal - O julgamento do recurso foi concluído com o voto do ministro Celso de Mello, que se alinhou à divergência aberta em sessões anteriores no sentido de manter o precedente do STF no julgamento da PET 3388, que tratou da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Segundo o ministro, naquela ocasião foi estabelecida a data da promulgação da Constituição Federal como marco temporal para análise de casos envolvendo ocupação indígena. "A proteção constitucional estende-se às terras ocupadas pelos índios considerando-se, para efeitos dessa ocupação, a data em que foi promulgada a vigente Constituição. Vale dizer, terras por eles já ocupadas há algum tempo, desde que existente a posse indígena", disse.

O relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Guyraroká, disse o ministro, indicou que a população indígena guarani-kaiowá residiu na área, objeto de disputa, até o início da década de 40. Deste modo, "há mais de 70 anos não existe comunidade indígena na área, portanto não há que se discutir o tema da posse indígena", afirmou o ministro Celso de Mello.

O ministro considerou ainda que o Plenário do STF, no julgamento da PET 3388, estipulou uma série de fundamentos e salvaguardas institucionais relativos às demarcações de terras indígenas. "Trata-se de orientações que não são apenas direcionadas àquele caso, mas a todos

CONT.



os processos sobre o mesmo tema”, consignou. O decano concluiu afirmando que se há necessidade comprovada de terras para acolher a população indígena, “impõe-se que a União, valendo-se da competência constitucional de que dispõe, formule uma declaração expropriatória”.

Votos - O relator do RMS, ministro Ricardo Lewandowski, votou, no dia 24/6/2014, pelo desprovimento do recurso, por entender que o mandado de segurança não é o instrumento judicial adequado para discutir questão de tal complexidade. Abriu divergência o ministro Gilmar Mendes, que deu provimento ao recurso interposto pelo proprietário rural. A ministra Carmén Lúcia, na sessão do dia 9/9/2014, seguiu a divergência aberta pelo ministro Gilmar Mendes. A Segunda Turma decidiu suspender o julgamento para aguardar voto do ministro Celso de Mello, proferido na sessão desta terça-feira (16), e o ministro Teori Zavascki se declarou impedido.

No link abaixo, veja a notícia sobre a decisão do STF que derrubou a demarcação da Funai em MS:

>> Celso de Mello vota e STF derruba demarcação da Funai no MS

<http://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/145480-urgente-celso-de-mello-vota-e-stf-derruba-demarcacao-da-funai-no-mato-grosso-do-sul.html#.VBnFePldXVo>

Fonte: FPA



Ação atende cerca de 3 mil indígenas em Paranhos

SÍTIO A GAZETA NEWS, 17.09.2014

Jaime Mel

Durante cinco dias (08, 09, 10, 11 e 12 de setembro/2014) o CEESRAD (Comitê de Erradicação de Sub-Registro civil de Nascimento e Ampliação do Acesso a Documentação básica de Mato Grosso do Sul) em parceria com a Prefeitura Municipal por meio da secretaria municipal de assistência social, FUNAI e SESAI realizou a primeira etapa de levantamento de falta de documentos nas Aldeias Parguaçu, Arroyo Corá, Sete Cerros, Pirajuí e Potrero Guassú no município de Paranhos.

O Mutirão teve m como objetivo a contribuição para o acesso da população indígena do município aos Direitos Humanos, por meio da erradicação do sub-registro de nascimento, diminuindo o número de pessoas sem a certidão de nascimento e possibilitando a oportunidade de aquisição de outros documentos.

Segundo Silas Silva do CEESRAD/MS, o publico alvo a serem atendidos são os indígenas, devido inúmeros problemas de falta de documentações existentes nem suas comunidades: "Os povos indígenas recebem primeiramente um Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI) que informa local, data e grupo étnico a qual pertence o cidadão, depois disso, vem o Registro de Nascimento, que é o documento fundamental para que os outros documentos sejam adquiridos e esse mutirão é para dar o primeiro passo neste sentido em outra ocasião outra mobilização será realizada para a entrega dos documentos" Explicou Silas.

Essa primeira etapa do mutirão foi realizada pela Prefeitura de Paranhos por meio da Secretaria de Assistência Social, com o apoio das Secretarias de Educação, Administração, departamento municipal de trânsito e transporte, CEESRAD, FUNAI, SESAI e o Exército Brasileiro, através do 17º R. C. MEC de Amambai, na oportunidade, segunda Antonia Zagonel, gestora de assistência social do município, foram efetivados cerca de três mil atendimentos aos índios das cinco aldeias existentes em Paranhos.

"É preocupante que em nossas aldeias, muitos índios ainda estejam sem acesso à documentação básica. E por isso a realização deste mutirão, o objetivo é que todos possam ter suas certidões de nascimento e registro de identidade (RG)", afirmou a Gestora, que fez questão de agradecer o prefeito Júlio Cesar (PDT) pelo apoio e todos que trabalharam arduamente nestes dias nas aldeias para a realização da ação.

O Prefeito Júlio Cesar visitou uma das aldeias durante a ação, elogiou os trabalhos e parabenizou os indígenas por mais essa conquista:

"Reconhecemos que ainda temos muito que fazer pela frente, em busca de levar mais dignidade aos nossos índios, porém toda ação como essa é muito bem vinda, queremos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 165 / 2014

Brasília, 17 de setembro de 2014.

agradecer a todos envolvidos neste mutirão e parabenizar nossos patrícios por mais essa conquista, pois é muito importante que eles tenham os registros para exercer seus direitos básicos como cidadão dentro e fora da aldeia, enquanto cidadãos brasileiros” Disse o prefeito Júlio Cesar.

Fonte: Assessoria Prefeitura



Boletim de Notícias - Edição nº 165 / 2014

Brasília, 17 de setembro de 2014.

FFLCH debate conflitos que envolvem povo indígena Tenharin

SÍTIO USP, 17.09.2014

No dia 17 de setembro, das 14 h às 18 horas, o Anfiteatro da Geografia, no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, recebe o debate Tenharin: Etnocídio no Sul do Amazonas. O objetivo do evento é problematizar a questão do povo indígena Tenharin, atualmente em situação de conflito no sul do estado do Amazonas.

Organizado pelo Núcleo de Estudos de História Oral (NEHO), o debate é aberto à toda comunidade acadêmica e àqueles que tenham interesse em conhecer mais sobre a Amazônia e os conflitos que perpassam terras indígenas em função da exploração de recursos naturais e com povos indígenas que atualmente vivem numa situação de constante embate.

Para participar é necessário se inscrever gratuitamente através do email debate.tenharin@gmail.com ou presencialmente no dia do evento. Deve constar no assunto do email "Inscrição" e no corpo da mensagem o nome completo, a instituição e/ou curso, além de um telefone de contato, pois haverá a emissão de certificados.



Candidato quer ser 1º deputado indígena em MT

SÍTIO FOLHAMAX, 17.09.2014

O caiapó Matudjo Metuktire, 35 anos, do Parque Indígena do Xingu, em Mato Grosso, é um dos três candidatos indígenas que disputam cargo eletivo no Estado nas eleições deste ano, porém o único nascido em aldeia. Ele quer ser deputado estadual, pelo PROS, para “priorizar o direito dos mais de 40 mil ‘parentes’ de diversas etnias que vivem no Estado”, com destaque para saúde e educação.

Outras candidatas se declararam indígenas no quesito raça/cor junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mas nasceram na cidade. Eliane Silva Ribeiro, 33, natural de Cuiabá, do PRP, também quer ser deputada estadual, e Josefina Almeida, de Várzea Grande, saiu para federal, pelo PSDB.

Se eleito, Matuktire será o primeiro deputado estadual indígena de Mato Grosso, que tem 8.846 eleitores índios aptos a votar de um universo de 2.183.201 eleitores, conforme dados do TSE. O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) já informou que vai montar uma força-tarefa para levar urnas às aldeias, já que algumas estão entre os locais de mais difícil acesso.

Embora o TRE não tenha dados precisos sobre isso, há informações sobre alguns vereadores que também nasceram em aldeias e conseguiram ser eleitos.

Um deles é o próprio Matuktire que, com 96 votos, ocupa, desde 2012, uma das nove cadeiras da câmara municipal de São José do Xingu, um município pequeno, com apenas 5.267 habitantes, de acordo com a contagem do Censo 2010, que fica ao extremo Norte do Estado.

Matuktire é casado e tem quatro filhos. Está fazendo a campanha sem nenhum dinheiro, embora tenha declarado ao TRE que vai gastar R\$ 1 milhão e 500 mil. O principal cabo eleitoral dele é a esposa, uma juruna de 29 anos, chamada Maria Imaculada Santana. “Eu, junto com ela, vamos à casa das pessoas, a gente faz reunião, mas não consegui percorrer as aldeias porque não tenho verba para viajar e o partido, que ia enviar apoio financeiro, ainda não mandou nada, só santinhos”, reclama.

Ele entrou na política com o apoio de “parentes” indígenas, que acham importante ter representação nas câmaras municipais e na Assembleia Legislativa. “Conversei com meu povo, fizemos reunião e a gente decidiu que precisamos ter um representante político para defender os nossos direitos e buscar os nossos benefícios”.

Antes dele, duas outras lideranças xinguanas tentaram se eleger vereadores e outros dois deputados, mas não conseguiram.

Segundo ele, saúde será prioridade em sua possível gestão porque em boa parte das aldeias indígenas de Mato Grosso ainda há crianças que morrem de desnutrição e a tuberculose está

CONT.



fazendo muitas vítimas adultas. "A Funasa está ajudando, mas não em muitas coisas. Tem que ter estrutura dentro das nossas aldeias. Não longe, mas dentro", reforça.

Ele reconhece que não basta vencer as eleições para aplicar suas propostas porque como vereador não tem conseguido apoio na Câmara e na Prefeitura para aprovar leis de sua autoria. "Gostaria que fosse feito para nós a construção de postos de saúde nas aldeias, mas até agora não consegui aprovar nada. Sou eu sozinho indígena para defender a causa", justifica.

Matuktire promete ainda que, se for eleito, com relação à educação indígena, irá priorizar os estudantes que saem da aldeia para se formar na cidade. "Eles precisam tanto do nosso apoio, principalmente os que já estão na faculdade".

Ele ainda se lembra de quando, em 1992, começou a ir e voltar da aldeia para a cidade, já iniciando a vida política. Antes disso, forjou-se como líder atuando na associação dos caiapós e como diretor da escola indígena local.

A radialista terena Naine de Jesus, 34 anos, doutora em educação, é da aldeia Umutina, em Barra do Bugres (MT). Filha de mãe terena e pai mestiço (bororo e negro) sente vontade de votar em candidatos indígenas. "Sim, eles me representariam mais. Nos últimos anos não houve tantos representantes e essa articulação em prol de candidaturas indígenas tem sido uma demanda nacional", observa. Ela lamenta que tenham tão poucos indígenas ocupando cadeiras eletivas.

Na opinião dela, faltam representantes que lutem pelos direitos dos povos tradicionais, como a demarcação de terras, a sustentabilidade e combate ao desmatamento. Além disso, a radialista destaca também que estão ocorrendo assassinatos de indígenas por questões de terras e ódio racial.

Matuktire tem pelo menos uma liderança indígena mato-grossense que fez carreira política. O primeiro indígena deputado federal no Brasil, Mario Juruna, embora tenha sido eleito em 1982 pelo PDT no Rio de Janeiro, nasceu em uma aldeia xavante em Barra do Garças (MT).

Juruna até os 17 anos nunca tinha tido contato com a sociedade não-índia. Ficou famoso pela defesa incansável da demarcação de territórios indígenas e por gravar tudo nos gabinetes em Brasília. O que ele queria provar com isso é que as autoridades brasileiras são demagogas, ou seja, prometem e não cumprem. Morreu em 2002, diabético.



Lideranças vão se reunir com MPF e polícias para falar de 'milícias'

SÍTIO DOURADOS NEWS, 17.09.2014

Thalyta Andrade

Lideranças indígenas da Reserva de Dourados devem se reunir amanhã com representantes do MPF (Ministério Público Federal) e também das polícias Civil e Militar, além da Força Nacional de Segurança Pública.

O encontro, que deve acontecer na própria sede do MPF em Dourados, tem como objetivo principal discutir as acusações de formação de 'milícia' (grupos paramilitares de segurança) que recaíram sobre líderes da aldeia Bororó após o assassinato de um adolescente indígena de 14 anos, ocorrido no dia 6 deste mês.

Conforme o capitão da aldeia Bororó, Gaudêncio Benites, hoje os líderes se reúnem com a comunidade para ouvir e discutir não apenas o ocorrido, mas também a atuação dos grupos de capitães na segurança da aldeia.

"Queremos esclarecer o ocorrido e deixar a população à vontade para falar o que pensa sobre as questões que envolvem a segurança na aldeia. Estão nos colocando como bandidos, mas o que aconteceu foi uma fatalidade, uma tragédia. Nós tentamos ajudar e fazer a nossa própria segurança, porque a aldeia é abandonada pelas polícias, e a comunidade sabe muito bem disso", rebateu Benites.

Ainda conforme o líder indígena, o 'abandono' dos organismos de segurança pública dos governos federal e estadual é uma realidade com a qual a comunidade não consegue mais viver. "Sem a polícia dando suporte, não tem condições. Vivemos abandonados dependendo da sorte, sendo que cada dia mais a violência gerada por droga e por álcool, principalmente, faz mais vítimas. Vamos fazer de novo esse apelo aos órgãos públicos, porque se tem alguém culpado são eles, que acabam abrindo espaço para que aconteçam essas fatalidades", finalizou Benites.

A polêmica

O adolescente Tiago Ortiz Machado, 14, foi assassinado com um tiro no ouvido esquerdo na noite de sábado (6) na Aldeia Bororó. De acordo com as informações apuradas pela polícia, a vítima caminhava na companhia do irmão de 17 anos, quando próximo de uma igreja os dois foram abordados por Celso Savala, 50, acompanhado por mais dois seguranças da capitania da aldeia. Savala é o acusado de ter efetuado o disparo e acabou preso e encaminhado para o 1º Distrito Policial.

Na data do ocorrido, o irmão da vítima disse que os adolescentes foram abordados por estarem levando uma barra de ferro e uma corrente. Logo em seguida, ouviu um tiro e notou o irmão caído. Na delegacia, o acusado disse que efetuou o disparo após ser atacado pelo adolescente.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 165 / 2014

Brasília, 17 de setembro de 2014.

A acusação de membros da comunidade indígena é de que grupos formados por capitães agem paralelamente ao criticado trabalho da Força Nacional de Segurança, sem qualquer tipo de autorização ou preparo, o que coloca a comunidade em risco.